



O
MOMENTO
DIÁRIO DO POVO

**EDITORIAL: O MOMENTO - RUI COSTA, UM GOVERNO DA
ORDEM DO CAPITAL** PG.2

**O CASO DA PREVENT SENIOR E A ECONOMIA
POLÍTICA DA BARBÁRIE** PG.4

**PANE NAS REDES SOCIAIS: A GEOPOLÍTICA DA
COMUNICAÇÃO** PG.6

BRASILE A POLÍTICA PROSELITISTA NO AFGANISTÃO PG.7

**ENTREVISTA DO MOMENTO: A HISTÓRIA DO
TEMPO PRESENTE - LUIZ BERNARDO PERICÁS** PG. 8

**PERSPECTIVA FEMINISTA CLASSISTA DA PAUTA
DA POBREZA MENSTRUAL** PG.12

POR UM APLICATIVO DOS ENTREGADORES! PG.14

MERCEDES SOSA – A VOZ DOS SEM VOZ PG.17

À MEMÓRIA DE ARISTEU NOGUEIRA PG.18

Rui Costa, um governo da ordem do capital



Foto: Anderson Riedel

Por Milton Pinheiro

Estamos no sétimo ano do governo de Rui Costa, após 08 anos do governo do atual senador Jacques Wagner. Trata-se de uma longa presença do PT e sua coalizão no comando político do estado. A forma política enfim encontrada por essas gestões subsumiu, desde os primeiros momentos, à lógica da ordem do capital nos mais diversos sentidos: político, com o Estado sendo o instrumento de conquista de novos aliados; econômico, com o tesouro estadual operando os interesses das frações da burguesia interna no bloco do poder; ideológico, com um discurso que passa sempre pela coisificação de Deus na resolução dos “problemas” gerais, por uma defesa da família tradicional como forma de educação pública, por uma política pública que afirma a defesa da polícia justiceira, reafirma a educação militar na rede básica estadual e se posiciona a partir de uma visão de justiça que tem um caráter punitivista.

A ação política de Rui Costa mostrou-se muito eficiente, desde os tempos do governo Wagner, com capacidade de cooptar os negociantes da política em nosso estado que advém do “carlismo” e das diversas especificidades do “centrão” local. Hoje, pode-se afirmar que tem mais políticos do antigo clientelismo “carlista” com Rui Costa do que com o herdeiro do espólio de ACM, o Neto. Todo esse processo de cooptação mantém-se na ordem das antigas relações políticas: contabilidade eleitoral, densidade local, menor índice de conflitos internos no balcão do provincianismo político e fidelidade ao projeto eleitoral do Palácio de Ondina.

A novidade nessa lógica do sistema de cooptação é que, ao contrário do ex-governador ACM, Rui Costa

permite que deputados federais, aliados na província, tenham “liberdade” para negociar seus votos no parlamento com o governo Bolsonaro. Assim, portanto, Rui Costa tem aliados na política estadual que são bolsonaristas no plano nacional. Citarei apenas dois casos emblemáticos: os deputados José Rocha e Cláudio Cajado, vice-líderes de Bolsonaro na Câmara Federal. Essa forma de aliança política, desigual e combinada, chama a atenção para a centralidade político-ideológica do que interessa ou não ao governador. Qual é então a relação do Sr. Rui Costa com pautas regressivas do governo bolsonarista? Eis uma questão muito importante nesse momento.

A opção por um Estado com modelo gerencial privado tem permitido ao governador apoiar diversas pautas das frações da burguesia interna que são operadas pelo governo Bolsonaro. Ataques sem precedentes aos serviços públicos e em especial aos funcionários públicos, o melhor exemplo dessa lógica é a leitura que o governador faz da PEC 32 (contrarreforma administrativa), onde ele afirma que o funcionário público deveria ganhar pelo que produzisse. O sistema público, na compreensão do governador da Bahia, integrante do PT, está sendo colocado na linha de montagem das empresas privadas.

Do ponto de vista econômico, a lógica imposta por Rui Costa (operada pelo Paulo Guedes Local, Manoel Vitória), é de farta dotação orçamentária para setores poderosos da economia baiana na rubrica de incentivos fiscais; concentra-se em um plano de obras, que nem sempre tem o devido corpo de funcionários para o atendimento ao público, e com forte apelo



na propaganda oficial; um conjunto de reformas administrativas e previdenciárias que reforçam o bloco da privatização do Estado no Brasil, além de descabidos cortes e contingenciamentos de recursos nas áreas fundamentais da presença do Estado: saúde, educação, políticas sociais, etc.

Todavia, algo sobressai na forma de governar do atual chefe político do estado: um profundo ódio ao funcionalismo público estadual. São quase 07 anos sem nenhuma recomposição salarial, levando o conjunto dos trabalhadores públicos a ter seus salários confiscados pela inflação do período. O governador agiu de forma devastadora para destruir os diversos planos de cargos/salários e retirou um conjunto de direitos do funcionalismo público que não encontramos precedência na história do serviço público baiano.

O estado da Bahia, nesse momento, tem um superávit que não pode ser explicado diante da penúria salarial do funcionalismo. O orçamento estadual de 2014 para cá cresceu 42,3%, no mesmo período a arrecadação do ICMS cresceu 63,9%. No último quadrimestre, em sentido comparativo com o ano passado, a receita aumentou 9,2%. O estado deve ter um superávit de 4 bilhões em 2021. Ao lado desses dados, chama-nos atenção que a destinação de recursos para o pagamento do funcionalismo encontra-se em torno de 36,9%, bem longe do limite prudencial que é de 46,7% segundo a lei de (ir) responsabilidade fiscal. Hoje, a Bahia tem uma folga em torno de 9,8% do orçamento para pessoal e uma reserva de caixa de 4 bilhões. O que justifica tamanho descompromisso com os agentes do serviço público? Estado não é empresa privada.

No caso dos professores/as das universidades estaduais (UNEB, UESB, UEFS, UESC) o governador congelou salários, atacou o Estatuto do Magistério Superior, cortou provisoriamente salários em momentos de luta da categoria, feriu de morte a

autonomia das universidades, contingencia e corta verbas das universidades, não permite progressão e promoção na carreira, intervém de forma autoritária e obscurantista nas universidades, impede concurso público e seleção emergencial. São tantas ações regressivas que não cabem no escopo desse pequeno texto.

O governo da Bahia, ora em análise, constitui-se em um aparelho do projeto neoliberal, com um perfil ideológico de característica conservadora. Cito apenas a gestão da Polícia Militar (PM) como um exemplo dessa definição ideológica de caráter conservador. A força pública na Bahia é uma das mais violentas do país (vejam as estatísticas), com episódios lamentáveis de assassinatos da população negra-pobre-periférica, a exemplo da Chacina do Cabula. Continuadamente tem tido posturas execráveis, a exemplo do aparato de segurança do estado considerar o paredão (lazer) da população negra-pobre-periférica como atividade voltada para o crime. Considero importante a preocupação com a Covid 19, e nesse sentido, cabe registrar que o governo da Bahia teve uma postura séria nesse processo, no entanto, não se pode criminalizar a cultura popular e localizar nessa atividade popular a responsabilidade pelo aumento dos homicídios na Bahia. Cabe aqui, também, um registro sobre a política penitenciária do estado e seu caráter degradante para qualquer possibilidade de ressocialização dos apenados.

Ao fim e ao cabo, o governo Rui Costa contribuiu para reafirmar o papel da autocracia burguesa em nosso estado; o governador avançou na construção de uma retrógrada base parlamentar e política; dissemina, com sua performance midiática, uma ideologia conservadora; resolveu, por princípio, retirar dos serviços públicos a gestão pública. Essa é a ordem do Estado privado que serve tão bem aos interesses da burguesia e tão mal ao conjunto da população. Até quando seremos destruídos?



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires,

João Abreu e Rafaela Fraga

Editora

Camila Oliver

Diagramação e Capa

João Abreu



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

Ane Oiticica, Ariana Rocha, Caroline Birrer,

Pa. Romi Márcia Bencke

Revisão

Camila Oliver, Gabriel Galego e Rafaela Fraga

+55 (71) 99299-1368

contato@omomento.org

www.omomento.org

O CASO DA PREVENT SENIOR E A ECONOMIA POLÍTICA DA BARBÁRIE



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Por Rômulo Caires

No final de setembro, a advogada Bruna Morato, representante de médicos e ex-médicos da Prevent Senior, denunciou formalmente na CPI da Pandemia a operadora de saúde por acordos com o governo federal para a testagem e disseminação de tratamentos sem eficácia para a covid-19, além de crimes como alterações de prontuários para falsificar atestados de óbito. O caso tem gerado grande comoção e revolta em alguns setores da população brasileira como também vem suscitando amplos debates sobre o seu significado. Há uma tendência, principalmente nos analistas dos grandes veículos de comunicação, em tratar a Prevent Senior como um caso isolado e sem maiores relações com a dinâmica da conjuntura brasileira. Tal lente de análise faz parecer acidente, imperícia e erro técnico onde há planejamento e intenção. Nosso objetivo aqui é, ao contrário, elucidar as determinações que tornaram possível o caso Prevent Senior e indicar sua relação com a mercantilização da saúde e com o capitalismo brasileiro.

Ao investigar as origens da Prevent Senior, deparamo-nos com um roteiro ideal para mais uma versão da mitologia liberal da meritocracia. Nascida no final dos anos 90 a partir da compra de uma única ambulância, a empresa foi ampliando seus negócios até se tornar uma grande operadora de planos de saúde. A Prevent Senior vinha atuando com uma estrutura verticalizada, ou seja, ela é também dona de redes de hospitais, laboratórios e serviços diagnósticos, com foco no público idoso. A empresa chegou a ser destaque por dez anos seguidos nos noticiários por conta de sucessivos recordes de faturamento e por apresentar preços atrativos a um público geralmente preterido por outras operadoras. O sucesso da empreitada já vinha influenciando outras empresas, especialmente porque o modelo verticalizado permite um controle mais rígido sobre seus gastos e sobre a mão de obra, além de também propiciar maior flexibilidade diante dos instrumentos governamentais de regulação.

Em abril de 2020, no início da pandemia de co-

vid-19, um dado chamou a atenção do Ministério da Saúde: a taxa de mortalidade em um dos hospitais gerenciados pela Prevent Senior era muito maior do que taxa média brasileira. A situação foi denunciada ao Ministério Público de São Paulo, mas prontamente a denúncia foi arquivada. Neste mesmo período, foi muito forte a propaganda encetada por políticos de extrema-direita ao redor do mundo sobre as vantagens do chamado “tratamento precoce”, que mesmo contraindicado por entidades científicas, foi tomado como via régia para mitigar os efeitos da doença na população e evitar a consecução de medidas mais enérgicas como o bloqueio da circulação de pessoas e a interrupção dos serviços não-essenciais da economia. Em outro [texto](#) publicado em *O Momento*, avançamos na discussão sobre as origens e consequências do “tratamento precoce” no Brasil, a propaganda destas formas de tratamento pelas entidades médicas brasileiras e o chão histórico da formação social brasileira que permitiu o desenvolvimento de tais fenômenos. Voltaremos em alguns destes argumentos para elucidar melhor o caso Prevent Senior.

Desde a primeira denúncia da Prevent Senior ao MP-SP até as que foram realizadas na CPI da Pandemia, passou-se mais de um ano e centenas de milhares de mortes. Lembremos de que a CPI surgiu, dentre outros fatores, da enorme pressão popular nas ruas, que combateram sistematicamente as palavras de ordem obscurantistas do bolsonarismo, além de cobrarem a saída do presidente e sua corja e pelo incremento da campanha de vacinação no país. Tais fatos permitiram que o fenômeno ignorado em abril pudesse vir a luz. Desmentindo a suposta autonomia absoluta defendida pelo CFM, o que se viu foram médicos denunciando a operadora pela prática sistemática de assédio moral aos trabalhadores, que eram obrigados a prescrever medicações danosas, indicar tratamentos experimentais sem nenhuma liberação das agências reguladoras, modificar prontuários e persuadir familiares a liberarem seus entes queridos para o chamado



“tratamento paliativo”. Este tratamento busca diminuir o sofrimento e permitir maior bem-estar de pacientes que geralmente estão em estágio terminal de doenças como o câncer, mas que no caso em questão visava somente abrir leitos de UTI e diminuir os custos, já que esse tipo de tratamento não é indicado para a covid-19. Tais medidas garantiram um faturamento de R\$ 4,3 bilhões para a Prevent Senior em 2020, além de 68% na taxa de sinistralidade, índice que mede a relação entre quanto a operadora recebe e o quanto ela gasta com os serviços de saúde prestados, menor do que a média brasileira de 74%. Estes fatos indicam o óbvio: os lucros da Prevent Senior ficaram muito acima da vida de seus clientes. Resta ainda elucidar melhor como um caso muito mais aparentado com as experimentações nazistas pôde acontecer em uma instituição teoricamente preocupada com a saúde.

Um fato que nos ajuda a compreender melhor a situação está indicado em documentos vazados conhecidos como Pandora Papers. Nestes documentos, constam nomes de uma série de políticos e empresários de vários países, que depositaram vastas quantidades de dinheiro em paraísos fiscais. Lá, constam os nomes dos irmãos Andrea, Eduardo e Fernando Parrilo, donos da Prevent Senior, além do nome do atual ministro da economia Paulo Guedes. Como tais nomes estariam ligados? Na própria CPI da Pandemia a advogada Bruna Morato explica: o governo federal e o ministro da economia queriam evitar a qualquer custo avançar em medidas consagradas mundialmente no combate a pandemia de covid-19 tais como o “lockdown” e as políticas de vacinação. O que ficou muito conhecido como “negacionismo” poderia ser melhor analisado como um procedimento da burguesia brasileira para não frear suas taxas de lucro. O governo federal e a base bolsonarista deu todo o apoio aos experimentos da Prevent Senior, chegando a imaginar que dali sairiam tratamentos inovadores que colocariam o Brasil na vanguarda do combate à pandemia.

Nesse sentido, cabe criticar dois aspectos da leitura hegemônica sobre o caso Prevent Senior: primeiramente, que haveria meras falhas técnicas ou falhas morais de alguns sujeitos na condução da pandemia. Esse tipo de leitura simplesmente ignora a [formação histórica da burguesia brasileira](#), o fato de que o Brasil emergiu de um violento processo de colonização e que no decorrer da consolidação do seu Estado Nacional, a burguesia fez todo tipo de pacto “pelo alto” para evitar atender as demandas das classes trabalhadores e setores populares. As classes proprietárias nunca se interessaram em incrementar os instrumentos democráticos e criar um autêntico sistema de proteção social que propiciasse uma vida digna para o seu povo. A prática sistemática de violação dos povos originários e genocídio da população negra sempre garantiu “experimentos sociais” que ao invés de situar o caso Prevent Senior como mera contingência de uma linhagem evolutiva “normal”, mostra as ligações deste fato com a história da acumulação capitalista e dominação burguesa no Brasil.

Na mesma perspectiva, a própria saúde não pode ser tomada apenas como fato “técnico”. Depois de mais de 600 mil mortes de covid-19 no Brasil e a partir da percepção dos setores mais atingidos pela doen-

ça, incluindo as populações periféricas, povos indígenas, população negra etc., não podemos postular uma suposta neutralidade científica na condução das práticas de saúde. Além da doença estar determinada histórica e socialmente, sendo constituída internamente pela interação dos fatores biológicos com os pressupostos de uma determinada época e local geográfico, as práticas de saúde informam medidas com consequências vastas na sociedade, conformando-se, dentre outras coisas, como via normativa para as ações, ou seja, como ideologia. Pois é justamente a partir de um plano de governo, seguindo as intenções históricas da burguesia brasileira, que se fundamentou uma série de práticas que deram origem a barbárie cometida não só pela Prevent Senior, mas também por outras operadoras de planos de saúde.

Por último e não menos importante, trata-se de questionar a própria existência de operadoras de planos de saúde e demais instrumentos privados que compõem o sistema de saúde brasileiro. Retomamos o fato de que a Prevent Senior nasceu e em um período que já existia o Sistema Único de Saúde (SUS) e grande parte de seu crescimento se deu em um período hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores. Parte da esquerda ao se revoltar com razão contra a barbárie representada pelo caso Prevent Senior apenas repetiu de forma esquemática que bastaria investir no SUS ou opor a saúde como direito contra a saúde como mercadoria sem maiores aprofundamentos na [análise do processo de constituição do SUS e de suas contradições](#). Apesar do SUS ter sido uma grande vitória da classe trabalhadora brasileira, tendo sido arrancado a partir de intensas lutas, o processo se moveu dentro da dinâmica do desenvolvimento capitalista no Brasil. Não bastou formulações de leis e políticas públicas que indicassem a universalização dos cuidados em saúde, pois o direito burguês não é imune à lógica de acumulação, funcionando, na verdade, como uma das formas de reprodução das relações sociais capitalistas. O esgarçamento do financiamento no SUS não se deu à margem do incremento cada vez maior da força dos planos de saúde privados, das grandes empresas de tecnologia médica e hospitalar, dos grandes conglomerados de indústrias farmacêuticas etc.

Nesse sentido, o caso Prevent Senior representa mais uma página da barbárie capitalista, representa a progressão do descaso histórico com os setores mais empobrecidos e oprimidos da sociedade brasileiras. A “lógica colonial” por trás dos eventos mais macabros que foram denunciados na CPI da Pandemia não deve surpreender a quem conhece a fundo a história da formação social brasileira. Criticar a Prevent Senior é também criticar a burguesia brasileira, suas formas autocráticas de dominação que colocam o lucro bem acima das vidas. É também ter consciência que as práticas de saúde, justamente por lidarem com o que há de mais valioso (a vida) não deve de nenhuma forma estar ligado a mecanismos de acumulação capitalista e à lógica da mercantilização. Acima de tudo é compreender que a saúde deve ser direito de todos, mas o direito da classe trabalhadora não será efetivado sem a construção de instrumentos de poder por esta mesma classe. A saúde não deixará de ser mercadoria sem a modificação estrutural da sociedade de classes.

PANE NAS REDES SOCIAIS: A GEOPOLÍTICA DA COMUNICAÇÃO



Por Ane Oiticica e João Abreu

No dia 4 de outubro, os serviços online do Whatsapp, Facebook e Instagram - todos pertencentes ao Facebook - passaram cerca de 6 horas fora do ar, impactando a comunicação de milhares de pessoas que construíram, ao longo dos últimos anos, uma relação de dependência dessas plataformas. Dependência, não só para relacionar-se com amigos e familiares, mas também para se comunicar remotamente com suas equipes de trabalho ou para prestar serviços e vender produtos. Em resumo, o trabalhador encontra-se cada vez mais refém do imperialismo para intermediar suas relações e o seu sustento.

É de amplo conhecimento o acesso que os grandes conglomerados de tecnologia têm das informações pessoais dos seus usuários. Desde aniversários, gosto musical, lugares que visita, até perfil de consumo e orientação política. Enquanto reverberam aos quatro cantos que suas redes são gratuitas, vendem estas informações a peso de ouro para empresas como a Cambridge Analytica, que trabalhou ativamente para a ascensão da extrema direita ao redor do mundo. Através de análise de dados, algoritmos e entrega de conteúdo, disputam as narrativas, manipulando a opinião pública e influenciando diversos processos políticos, incluindo as eleições no Brasil em 2018.

Não é de hoje que as disputas de narrativa são importantes para a construção e consolidação do poder. Desde que registramos a história, grupos dominantes favorecem narrativas que os privilegiam, as ensinam em suas escolas, publicam em seus livros e as transformam em "verdade". O imperialismo perpetua-se no poder financiando

autores, conglomerados de mídia e agências de notícias. A grande produção audiovisual americana é um dos vários exemplos de propaganda imperialista: milhares de obras que exaltam personas estadunidenses como heróis e os EUA como centro do mundo, assim como antagonistas que estruturaram o imaginário comum da figura do inimigo. Incluímos aqui, as grandes plataformas de streaming como Netflix, Prime Video, HBO Max, entre outras, em que o povo brasileiro está financiando diretamente a indústria cultural e propagandista americana.

O episódio da pane nas redes sociais nos serve para mostrar que uma das nossas tarefas, enquanto militantes comunistas, é criar alternativas às redes de comunicação do imperialismo para disputar esses espaços. Nos dias de hoje, a missão de construir uma hegemonia cultural para disputar a narrativa imperialista inclui também pensar não só em educação, literatura, arte e mídia, mas também os espaços nas redes, que fazem parte da rotina e da formação de uma cosmovisão de parte crescente do nosso povo.

Não existe projeto de soberania nacional em que as comunicações e a cultura de um país estão atreladas ao capital estadunidense. Logo, o Brasil encontra-se num espaço de sub soberania. Construir a revolução hoje em dia inclui a retomada de toda estrutura de telecomunicações, que atualmente pertencem ao capital estrangeiro, nacionalização da produção de eletrônicos e construção de alternativas às plataformas online de comunicação.

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

BRASIL E A POLÍTICA PROSELITISTA NO AFGANISTÃO



Por Pa. Romi Márcia Bencke - CONIC

“A pessoa migrante que mora convosco será para vós como uma compatriota, e vós a amareis como a vós mesmos”. (Lv 19:34)

“Felizes as pessoas que promovem a paz, pois elas serão chamadas filhas de Deus (Mt 5.9).

Não é novidade que o atual presidente brasileiro, ao representar nosso país em eventos internacionais, apresenta dados e informações desconectadas e distorcidas da realidade. O atual presidente vive em uma espécie de mundo paralelo, visto somente por ele e por quem o segue.

Na última Assembleia Geral da ONU, em seu discurso de abertura, o atual presidente falou sobre a concessão de vistos humanitários aos afegãos, após a retirada desastrosa e carregada de “não estou nem aí” dos Estados Unidos.

Conceder visto humanitário a pessoas em vulnerabilidade e que correm risco de vida em seu próprio país pode ser considerado um gesto diplomático de grande nobreza. No entanto, no caso do discurso do atual presidente, ele fez uma ressalva, a de que os vistos seriam concedidos a afegãos cristãos. Se brincássemos do jogo dos sete erros, seria muito fácil identificar erros crassos na afirmação do presidente em seu discurso de abertura na ONU. Primeiro erro: nenhum visto humanitário pode ser discriminatório e violar os acordos internacionais assinados pelo Brasil. Segundo erro: o Afeganistão é um país com uma maioria quase absoluta de pessoas muçulmanas. O Islã está para o Afeganistão como o cristianismo está para o Brasil. Logo, a promessa de visto humanitário para cristãos afegãos é mais uma das muitas promessas inconsequentes e sem respaldo com a realidade realizadas pelo presidente.

Este fato poderia passar batido não fossem algumas agências missionárias cristãs que estão se valendo do momento de sofrimento, insegurança e medo do povo afegão para realizar ações proselitistas naquele país. Algumas destas agências apresentando testemunho deste “trabalho de salvação” dos afegãos.

Com a cabeça coberta com hijab, como estraté-

gias de aproximação das mulheres muçulmanas, mulheres que trabalham para estas agências missionárias têm apresentado testemunhos sobre o encontro de muçulmanos com a Bíblia e falam o que mudou na vida de um ex-muçulmano.

Existe um dia específico, 18 de novembro, para a realização de uma jornada de 25 horas de oração pelas pessoas ex-muçulmanas. No mês de setembro, uma igreja do sul do Brasil recebeu 25 famílias de ex-muçulmanos que agora são cristãos.

Poderíamos pensar que ter uma religião ou não é decisão privada, assim como, cada pessoa é livre para escolher a religião com a qual mais se identifica. Desde esta perspectiva, poderíamos afirmar que não há problema em uma pessoa muçulmana virar cristã ou vice-versa. No entanto, ao observar os fatos com atenção, percebe-se que, no caso de afegãos que deixaram de ser muçulmanos, a realidade é mais complexa. Estas “conversões” são resultado de dinheiro investido em agências missionárias, que a partir de um discurso de ajuda humanitária, se aproveitam do atual contexto dos afegãos para colocar em prática a antiga aliança entre colonialismo e religião.

A acolhida a pessoas migrantes e refugiadas é um preceito bíblico, logo acolher e receber bem uma pessoa migrante e refugiada é exigência da fé. No entanto, não se pode usar a vulnerabilidade e a fragilidade das pessoas para práticas proselitistas. O povo afegão, que há décadas sofre os impactos de uma agenda imperialista deve ter o direito de escolher os rumos do seu país. Cabe a eles e elas dizerem o que precisam. A nós, como consequência da fé, cabe-nos amá-los e exigir que as potências do mundo que muito lucraram com o sofrimento daquele povo, assumam as suas responsabilidades e respondam por elas.

ENTREVISTA DO MOMENTO: A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE - LUIZ BERNARDO PERICÁS



Foto: Camila Oliver

Por Milton Pinheiro

Luiz Bernardo Pericás é escritor, historiador e professor da USP.

O MOMENTO - Um dos papéis da ciência da história é a capacidade de desvendar os acontecimentos em curso. Como você analisa a crise em curso no Brasil?

LUIZ BERNARDO PERICÁS - A crise atual é resultado de diferentes fatores inter-relacionados. O encerramento do superciclo das commodities, período em que se verificou crescimento econômico com programas de distribuição de renda, ampliação do emprego formal e consumo, cifras favoráveis na balança comercial, controle da inflação e maior presença internacional do Brasil, foi acompanhado por um momento de recessão entre 2014 e 2016 (com estagnação inercial nos anos subsequentes) e, no campo político, a partir das jornadas de junho de 2013, pelas mobilizações da direita nas ruas, juntamente com a maior atuação da Lava Jato, uma investida agressiva da grande mídia corporativa contra os setores progressistas e o impeachment da presidente Dilma Rousseff. O objetivo imediato de recompor o quadro político no Executivo foi atingido com a retirada do PT do poder e com a oficialização de Michel Temer na presidência, aquele que

poderia dar andamento sem entraves a uma série de medidas ainda mais liberalizantes, paralisando a reforma agrária, ampliando os incentivos ao agrobusiness e impulsionando uma reforma trabalhista nefasta para os trabalhadores, mas que garantiria, por outro lado, um ambiente ainda mais favorável para a recomposição do capital e a ampliação do lucro da burguesia.

Além disso, todo esse processo mostrou o esgarçamento da Nova República. Nesse sentido, é importante identificar alguns elementos deste decurso que contribuíram para o atual estado do país. A impunidade dos militares após o fim da ditadura foi um erro grave que se cometeu por aqui. Ao longo do tempo, oficiais da reserva ou da ativa se reuniam, tramavam e lançavam notas e comunicados em tons golpistas, ameaçando as instituições e indicando que os fardados ainda tinham intenção não só de interferir na política como até mesmo de retornar ao poder.

Outro fator que deve ser lembrado é o crescimento das Igrejas pentecostais e neopentecostais, que se tornaram verdadeiros impérios empresariais, atu-



ando em uma diversidade de negócios e chegando a criar seus próprios partidos. Esses líderes “religiosos” também tinham uma agenda de poder e o controle sobre milhares de “fiéis”, uma massa de manobra enorme, com baixo preparo político e dominada por “bispos” e “pastores”.

E, finalmente, as milícias, que ao longo dos anos penetraram cada vez mais nas polícias, Judiciário, Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas. Essas organizações controlam territórios e têm políticos próprios em suas folhas de pagamento, garantindo a perpetuação de seus negócios e sua proteção institucional. Para agravar a situação, setores evangélicos se aliaram a muitas destas quadrilhas de criminosos, ampliando a força de ambos os grupos.

No campo externo, por sua vez, também houve um crescimento do conservadorismo em diversos países. Foi sendo constituído um movimento internacional da direita, encabeçado por Steve Bannon e pela alt-right norte-americana. Uma coincidência de interesses e afinidades levou elementos de várias nacionalidades a se aproximarem. Em comum, na maioria dos casos, o racismo, a xenofobia, o fundamentalismo cristão, a rejeição à globalização, o negacionismo científico, o discurso de ódio, a apologia às armas, a truculência, o autoritarismo. O grande ídolo desses dirigentes era (e ainda é) o ex-presidente estadunidense Donald Trump. Outro fator, agregado a isso, é a utilização eficiente da internet por meio das redes sociais e da disseminação de fake news.

Para completar, podemos pensar em termos de “longa duração”. Ou seja, historicamente, as diferentes frações da burguesia brasileira constantemente criam mecanismos, acordos e arranjos intraclassistas “pelo alto” para acomodar seus interesses, esmagando toda oposição (ou cooptando suas lideranças) e garantindo a permanência de seus privilégios. Assim, a burguesia continua com seu perfil entreguista, pró-imperialista e antipopular, sem projeto nacional ou qualquer interesse no desenvolvimento do país (mantendo sua posição subordinada, dependente e periférica no campo internacional), uma elite voltada essencialmente para encher os bolsos e remeter seus lucros para contas bancárias no exterior. A tendência que se nota há tempos é a de desindustrialização e reprimarização da economia, aumento na concentração de terras e de renda, ampliação no número de bilionários e de miseráveis (alargando ainda mais a desigualdade social), fuga de cérebros, cortes em investimentos em pesquisas e tecnologia, além da penetração contínua dos interesses estrangeiros por aqui, reforçando o papel do Brasil como nação essencialmente exportadora de commodities agropecuárias e minerais. Ou seja,

o que se percebe é um processo acelerado de “regressão colonial”. E esta tendência está sendo continuada e reforçada neste governo.

É claro que poderíamos elencar outros fatores (inclusive relacionados aos equívocos cometidos pela própria esquerda). Mas os aspectos supracitados, de qualquer forma, certamente contribuíram para que o país chegasse ao estado atual.

Com o aprofundamento da crise do capital e o recuo da classe trabalhadora no campo de batalha da luta de classes, os ideólogos da ordem não tardaram a decretar o “fim da história”. Vale dizer, segundo o pensamento dominante e, inclusive, de parte significativa dos reformistas, não há mais o que fazer, apenas se conformar com o existente e minimizar as mazelas.

O MOMENTO - Quais seriam as bases teóricas que podem contribuir para esse desvelamento político?

LUIZ BERNARDO PERICÁS - Autores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini e tantos outros buscaram incansavelmente, ao longo de décadas, entender nosso processo histórico, a relação de classes, os caminhos do desenvolvimento, as formas de luta mais eficientes. Mesmo que muitos deles tenham perfis distintos em termos teóricos (e de filiação política), é preciso voltar a esses clássicos, estudar suas obras e se esforçar para compreender os mecanismos econômicos vigentes em nosso país. As obras desses intelectuais não devem ser lidas como manuais, mas como trabalhos de homens que atuavam ao mesmo tempo como cientistas sociais e como militantes, e que se empenharam em analisar, de maneira sofisticada e profunda, a história do Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade, com o objetivo precípuo de propor os melhores remédios para os problemas nacionais e intervir da maneira mais certa e eficiente possível na realidade de sua época.

O MOMENTO - As contradições da formação social brasileira encontram repercussão no debate acadêmico dentro das preocupações da universidade brasileira?

LUIZ BERNARDO PERICÁS - Durante muito tempo o debate sobre a formação sócio-econômica do Brasil foi intenso tanto dentro de partidos, movimentos populares e outras organizações políticas de esquerda como do meio acadêmico. Professores, estudantes, militantes, dirigentes e intelectuais se empenhavam em conhecer com profundidade as obras de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Florestan Fernandes, só para citar alguns. Outros nomes importantes também podem

ser mencionados, como Nelson Werneck Sodré, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e tantos outros. Hoje em dia, por certo, os textos de todos eles continuam fundamentais para o estudo de nossa formação, ainda que muitos dos debates em torno da obra destes escritores já não tenham a mesma centralidade de antes.

As atitudes nas universidades variam bastante. Há cursos e disciplinas que apenas citam os aspectos básicos do pensamento daqueles intelectuais. Outros instrumentalizam seus trabalhos, de forma mecanicista. Ainda assim, também é possível encontrar nas instituições públicas de ensino superior aqueles que valorizam a pesquisa e o diálogo acadêmico, retornando aos clássicos, fazendo uma interlocução crítica entre os diferentes autores e utilizando suas obras como ferramentas fundamentais para analisar e entender o Brasil do passado e do presente.

O MOMENTO - Como você analisa a reorganização da extrema direita nessa quadra histórica?

LUIZ BERNARDO PERICÁS - Desde o início do século XXI, novos grupos de direita e de extrema direita lentamente foram ganhando espaço, aprenderam a usar de forma eficiente a internet (utilizando, inclusive, estratégias de disseminação de informações falsas), se diferenciaram dos movimentos mais antigos, conquistaram segmentos das classes médias e acreditaram que tinham força suficiente para chegar ao poder. A partir de 2004, surgiu o “Escola sem partido”. Depois das jornadas de junho, por sua vez, apareceram em 2014 grupos como o Vem Pra Rua e o MBL. Ao mesmo tempo, as Igrejas neopentecostais se expandiram, pregando a teologia da prosperidade e o ultraconservadorismo religioso. E então, irromperam publicamente elementos ainda mais radicais: apoiadores da ditadura militar, milicianos e representantes de diferentes vertentes da extrema direita.

Todos esses grupos supracitados (bastante heterogêneos, por sinal, e que podem ou não ter conexões entre si) precisavam de um elemento que unificasse o discurso de ódio. E encontraram em Bolsonaro (que promovia slogans que misturavam um cristianismo tacanho com um ataque a um “comunismo” imaginário) o personagem ideal para descarregar todo o seu rancor contra o avanço de setores menos privilegiados nos espaços que antes consideravam seus.

Em geral esses grupos, de forma mais genérica, são compostos por elementos frustrados das classes médias depauperadas e de uma lumpemburguesia “empresarial” tosca, sem qualquer preparo intelectual, defensores de valores ligados à ideia de tradi-

ção, família e pátria, que justificam o uso da violência em nome da salvação de uma suposta civilização cristã ocidental contra a globalização e a esquerda de modo geral.

Eles servem, essencialmente, como possível força auxiliar nas ruas. Mas não têm o poder real em suas mãos. A própria direita tradicional não quer manter relação com essa gente. Pelo contrário: a burguesia brasileira já percebeu o exotismo e a excentricidade desse pessoal, e busca tomar distância de tais elementos. A burguesia por aqui tem um perfil distinto, está no poder há muito tempo e, por certo, não gosta de perder dinheiro. E a atual administração, que apoia madeireiros, grileiros, garimpeiros, milicianos, que destrói a Amazônia, que teve uma atuação desastrosa durante a pandemia do novo coronavírus, que não melhora a economia e que tem problemas com a comunidade internacional, não é boa para os negócios. Por isso, a própria burguesia poderá se livrar da extrema direita e do governo Bolsonaro (quando este não lhe for mais útil), já que ambos atrapalham a estabilidade para as finanças. Depois disso, a esquerda terá de lidar com a direita tradicional, ou seja, com a mesma grande burguesia interna de sempre, que detém os meios de produção e os aparelhos ideológicos e que controla os espaços institucionais e as forças militares, a mesma classe que tem tradicionalmente dominado o país e que, por métodos transformistas, pode até se modernizar, se aliar circunstancialmente a setores “progressistas” e suavizar o discurso, mas que permanecerá no controle enquanto não for enfrentada pelos trabalhadores de maneira contundente.

O MOMENTO - Qual seria a caracterização que você faria do governo Bolsonaro?

LUIZ BERNARDO PERICÁS - É um governo de extrema direita, disfuncional, incompetente e despreparado, encabeçado por um presidente com vínculos com milicianos, sem qualquer projeto estratégico de desenvolvimento, com um perfil truculento e autoritário, que visa ao desmonte institucional e à rapina do espaço público, além de promover a destruição de setores específicos, como meio ambiente, educação e cultura. Neoliberal e privatizante, defende o Estado mínimo e o uso da força e da repressão, mas tem uma margem de manobra bastante limitada.

O presidente, na prática, não manda muito. Pelo contrário, está nas mãos do “centrão” e dos militares. Além disso, não tem o apoio da maior parte do empresariado (segmentos significativos do agronegócio também já abandonaram o barco) nem da comunidade internacional; encontra enorme rejeição popular (inclusive entre muitos de seus antigos elei-



tores evangélicos); e só conta de maneira irrestrita com certos elementos da lumpemburguesia e com parte de seus defensores fiéis de primeira hora, os chamados “bolsonaristas raiz” (vários destes também deixaram de apoiá-lo depois que ele se retratou na sequência dos atos de Sete de Setembro, com um discurso mais moderado e com a divulgação da carta escrita com a ajuda de Michel Temer).

A atual administração tem em seus quadros um grupo heterogêneo de funcionários de primeiro e segundo escalão, personagens que vão de ruralistas e evangélicos até oportunistas do “centrão” (que garante uma sustentação precária e custosa ao governo) e milhares de militares. Também transitam neste ambiente personagens de tendências fascistas e “supremacistas brancos”. Uma verdadeira colcha de retalhos.

O objetivo mais limitado desta gente é a perpetuação no poder e a garantia de ganhos econômicos pessoais ou políticos de partidos específicos ou do círculo mais próximo ao mandatário. O objetivo mais amplo, por outro lado, é a garantia de superlucros para bancos e segmentos do agronegócio e do empresariado que apoiam o governo. Segundo notícias recentes da imprensa, os bancos, por exemplo, lucraram R\$ 62 bilhões no primeiro semestre de 2021 (ou seja, a sua rentabilidade voltou ao nível anterior à pandemia do novo coronavírus; o aumento das margens de lucro, por sua vez, chegou a 53% em relação ao mesmo período de 2020; só no ano passado, as instituições financeiras embolsaram R\$ 88,6 bilhões). Enquanto isso, tem aumentado o número de pessoas em situação de miséria e cenas de pobres procurando comida em caminhões de lixo e nas sobras descartadas nas feiras de alimentos começam a se tornar cada vez mais recorrentes. Na atualidade, em torno de 20 milhões de pessoas estão passando fome no país. Uma verdadeira tragédia social...

O MOMENTO - Existe um debate em aberto na esquerda brasileira: o fascismo está presente na luta política brasileira?

LUIZ BERNARDO PERICÁS - Os debates sobre a “extrema direita” no Brasil são rotineiros e acalorados. Além disso, a análise do painel político nacional a partir de conceitos como o fascismo (assim como o “bonapartismo”, o “populismo” e o “autoritarismo”) tem sido uma estratégia recorrente na atualidade. Ainda assim, é preciso tomar cuidado com generalizações. Ou seja, é fundamental compreender o que ocorre aqui a partir de nossas particularidades históricas (em relação especificamente a esse tema, vale a pena conhecer a avaliação de Atilio Borón sobre o governo Bolsonaro, neste caso, seu artigo “Caracte-

rizar o governo de Jair Bolsonaro como ‘fascista’ é um erro grave”, publicado originalmente em Pagina 12 e reproduzido no jornal Brasil de Fato).

É possível falar de fascismo nos dias de hoje, mas tomando muito cuidado com o uso deste conceito, que tem sido excessivamente utilizado e abusado na luta política atual. O fascismo é uma categoria histórica e precisa ser estudado com maior atenção.

O MOMENTO - Qual é a centralidade da luta que deve ser desenvolvida pela esquerda brasileira, nesse momento?

LUIZ BERNARDO PERICÁS - A esquerda brasileira precisa se organizar para além do calendário eleitoral e de alianças políticas circunstanciais. De imediato, seria importante constituir uma frente exclusivamente de esquerda para tentar retirar Bolsonaro do poder, uma ação combinada dos setores progressistas unificados, respaldada por um movimento de massas, com um programa e um projeto claros, coesos e definidos (e que tenham ressonância, de fato, entre os trabalhadores).

Além disso, é preciso estar preparado para a possibilidade do ascenso das lutas sociais. A dinâmica social, que pode parecer letárgica, estacionária ou lenta em determinado momento, pode mudar de uma hora para a outra, especialmente quando há uma situação de crise política e econômica aguda que se caracterize pelo aumento da inflação, fome generalizada, altas taxas de desemprego, repressão policial contra militantes e contra a população marginalizada nas cidades e no campo, e caos social. Por isso a esquerda precisa estar sempre atenta e em condições para atuar quando o momento chegar. E para isso é necessário ter “organização”; “lideranças” qualificadas e com respaldo popular; uma “teoria”; uma “interpretação” correta da realidade; a capacidade constante de avaliar a correlação de forças; “ousadia”; um “projeto político” que atenda às demandas sociais; e, finalmente, a presença de “militantes disciplinados”. É importante também manter uma postura crítica constante em relação às tendências pós-modernas e identitárias dentro das esquerdas e colocar a ênfase sempre na centralidade do “trabalho”, dos “trabalhadores” e da “luta de classes”. No momento, contudo, o que se percebe nos maiores partidos da esquerda (aqueles com representação parlamentar), infelizmente, é a predominância interna de seus setores mais moderados e eleitoreiros, a falta de uma teoria revolucionária, uma capilaridade social limitada e, por vezes, alianças “táticas” com partidos que não fazem parte do campo progressista. Os desafios, portanto, são enormes. Mas, sem dúvida, podem ser superados.

PERSPECTIVA FEMINISTA CLASSISTA DA PAUTA DA POBREZA MENSTRUAL

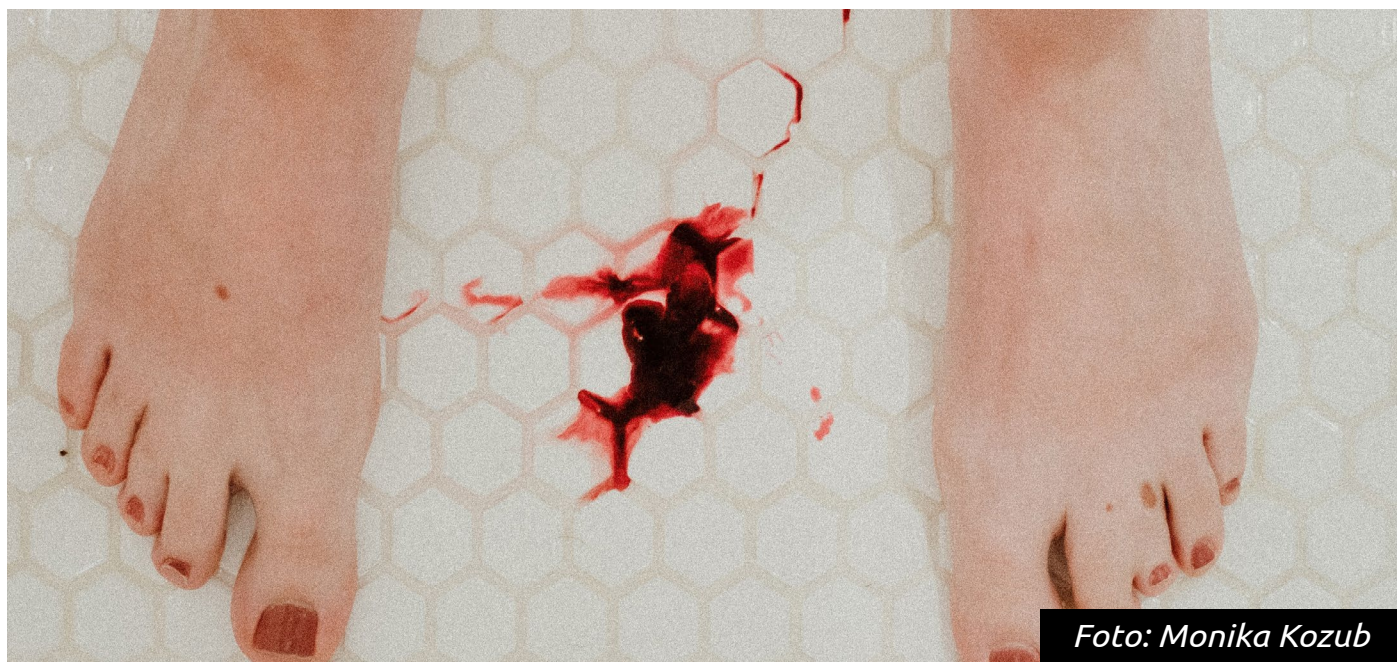


Foto: Monika Kozub

Por Ariana Rocha e Caroline Birrer

No dia 7 de outubro Bolsonaro e o ministro da saúde Milton Ribeiro vetaram os trechos do projeto de lei nº 4.968, que instituiria o “Programa de proteção e promoção da saúde menstrual”. Os trechos tratavam da distribuição gratuita de absorventes e outros insumos básicos para pessoas em vulnerabilidade social, situação de rua, internas do sistema penitenciário e estudantes da rede pública de educação, além da inclusão de absorventes nas cestas básicas. O veto trouxe à tona o debate sobre a pobreza menstrual.

Pobreza menstrual é um conceito que trata de pessoas que menstruam e vivenciam a falta de acesso à itens de saúde, higiene, conhecimento sobre a menstruação ou acesso a infraestrutura de saneamento. Segundo relatório da ONU Mulheres 1,25 bilhões de meninas e mulheres não têm acesso a banheiros seguros e privados e 526 milhões não possuem banheiros onde vivem. No Brasil, o estudo “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos”, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNIFPA) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apontou que 22% das meninas e mulheres entre 12 e 25 anos não tem acesso a produtos confiáveis para a menstruação, cerca 1,5 milhões vivem em casas sem banheiros, 200 mil estudantes frequentam escolas sem nenhum item de higiene, e 1,24 milhões não têm acesso a papel higiênico nas escolas.

A situação de vulnerabilidade é maior em

escolas estaduais: 77% dos/as estudantes não possuem acesso a banheiros. Ainda, 66% das estudantes sem acesso a papel higiênico nas escolas são negras. Em comparação com as regiões do país as chances de falta de insumos de higiene são 271% maiores na região norte do que na região sudeste. Em pesquisa do IBGE de 2013, 2,88% das meninas e mulheres relataram ter deixado de realizar atividades por causa da menstruação, enquanto dados da ONU apontam que 1 entre 4 estudantes já faltaram às atividades escolares por não ter absorventes. Das 37.828 mulheres em regime de encarceramento no Brasil, 24,9% estão em unidades que não contam com estrutura prevista no módulo de saúde, deixando de atender à Lei de Execução Penal e Portaria Interministerial.

Vivemos a maior taxa de inflação desde a criação do plano real, com metade da população brasileira enfrentando a insegurança alimentar. Nesse cenário, o custo mensal da compra de absorventes chega a 30 reais por pessoa, tornando-se insustentável. Assim, pessoas que menstruam e não podem arcar com os custos de insumos de higiene, ou que estão em instituições de privação da liberdade e não tem acesso a esses produtos, recorrem à sacolas plásticas, miolo de pão e tecidos de roupas. Essas práticas causam problemas de saúde como infecções do trato vaginal ou urinário e podendo ocasionar a morte em casos da síndrome do choque tóxico.

Políticas públicas que busquem amenizar



a pobreza menstrual são necessárias. Não, não só a distribuição de absorventes, como também o avanço no acesso à infraestrutura, ampliação das unidades de saúde da família, avanço na estrutura das escolas públicas e inclusão de aulas de educação sexual e menstrual. Porém, a problemática é maior do que mera falta de vontade política dos governantes ou desenvolvimento econômico dos países. O próprio relatório da UNICEF/UNFPA, introduz o debate citando que países desenvolvidos possuem pessoas em pobreza menstrual entre aqueles mais pobres, mesmo países centrais do capitalismo, como EUA e Reino Unido, não conseguiram erradicar a pobreza. Isso mostra que a questão não é pontual ou apenas dos poderes políticos de forma individual, mas sim constituinte do sistema capitalista vigente.

As opressões não são mera permanência não quista de períodos históricos anteriores ao capitalismo. Pelo contrário, opressões como machismo, racismo e LGBTQIA+fobia estruturam e assumem um papel central no processo de exploração de classes dentro desse sistema. Como diz Angela Davis (1977, p 4-5): a raça é a maneira como a classe é vivida, da mesma forma como o gênero é a maneira como a raça é vivida. As opressões agem delimitando os setores mais explorados e precarizados no sistema capitalista e são essenciais na dinâmica predatória do mesmo.

Toda formação social revela um modo de produção dominante, afinal. Logo, tem-se, como resultado, a impossibilidade de manutenção de uma sociedade sem a reprodução das condições materiais da produção e sua ideologia, a qual existe para dar manutenção às hegemonias defensoras desta estrutura forjada sobre as bases produtoras de riqueza, ficando no topo homens brancos e heterocisnormativos.

Se é verdade que pessoas negras e mulheres das classes dominantes também sofrem racismo e machismo, sabemos que essa dinâmica particular é diferente para a classe trabalhadora. Enquanto para as mulheres burguesas o debate se dá ao redor da possibilidade de assumir propriedade e direção de seus bens, para as mulheres da classe trabalhadora o debate está na sua própria sobrevivência.

Dessa forma, o conjunto da classe trabalhadora é alvo das políticas neoliberais e sanha por lucros das classes dominantes. No Brasil, enquanto temos recorde de desemprego e subemprego e voltamos ao mapa da fome, temos o aumento da riqueza de milionários tornando-se bilionários, bancos batendo lucros recordes. Em contrapartida, a classe trabalhadora pena para conseguir se alimentar, filas são formadas para comprar os

so, ao passo que os setores do capital financeiro e monopolista ampliam seus lucros e mantém Bolsonaro no poder. Toda a classe trabalhadora sofre no momento, porém os setores mais atingidos são as mulheres pretas e pobres que constituem aquelas que mais perderam empregos e são chefes dos lares no mapa da fome. Informações como esta radicalizam a necessidade de unidade e organização contra a opressão do heterocispatricado, do racismo e do capital. O duplo atravessamento das desigualdades impostas pelo capitalismo às mulheres e pessoas com útero pertencentes à classe trabalhadora, intensifica-se quando essas pessoas são pretas.

É importante destacar que higiene menstrual faz parte da gama de direitos negados historicamente como instrumento de controle, neste caso, direito sexual e reprodutivo. Ela só será possível quando todas as pessoas que menstruam possuírem acesso material e psicossocial para gerir com conhecimento, saúde e dignidade seu ciclo menstrual. A pobreza menstrual é um sintoma berrante desse processo de precarização da condição de vida das mulheres cis, homens trans e pessoas não binárias da classe trabalhadora. Ela não se refere apenas a privação de absorvente, mas a uma falta inteira de direitos que tratam de formar e informar sobre processos fisiológicos inerentes aos corpos menstruantes, até fatores biopsicossociais que são desenvolvidos pelas restrições impostas à condição de estar sangrando, como o isolamento social deste período, por exemplo. Tais privações ferem a autonomia e dignidade humana, impactando na totalidade da vida das pessoas que compõem este setor, sem acesso a itens básicos para o exercício reprodutivo, quiçá à produção. É fundamental a luta para superar este modo de produção e reprodução da vida, e urgente a construção de uma outra forma de sociedade, sem classes e sem categorizações de raça, gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/10/11/Quais-s%C3%A3o-os-n%C3%BAmeros-da-pobreza-menstrual-no-Brasil>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-e-la-afasta-estudantes-das-escolas>

DAVIS, A. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia. I jornada cultural Lélia Gonzalez, 13 dez. 1977. Disponível em: https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>*

POR UM APLICATIVO DOS ENTREGADORES!



Foto: Gabriela Moncau

Retirado de pcb.org - Por NCF – militante da UJC

Os entregadores de aplicativo precisam de um aplicativo dos entregadores!

Faz quase uma semana que os entregadores foram às ruas do interior de São Paulo, não para entregar o hambúrguer gourmet de algum metido a investidor, mas sim para executar exemplarmente uma verdadeira greve que se alastra e inspira entregadores Brasil afora (os sindicatos pelegos das direções petistas e pcdobistas poderiam aprender algo com estes trabalhadores... mas este é um assunto para outro dia...).

O que querem os grevistas? Viver. Como? Com dignidade. Dignidade esta negada a eles através de práticas de exploração sem limites pelas empresas como Ifood, Rappi e dezenas de outras empresas e aplicativos nascidos na onda da assim chamada “Nova Economia” (do inglês Gig Economy, literalmente “Economia dos Bicos”), que de “nova” não tem nada.

Os entregadores das cidades de Jundiaí, Paulínia, São José dos Campos, Niterói, São Gonçalo e muitas outras se organizam e demandam o aumento da taxa mínima de 5 para 10 reais, o fim das exclusões injustas e o fim da “dupla entrega” (entrega de duas ou mais encomendas simultaneamente pela remuneração de apenas uma). Além disso, querem melhores condições de trabalho em geral e o fim da exploração pelo Ifood.

Para o pavor de quem suplica em negar toda a rica história da tradição marxista e clama que “Marx está ultrapassado por seus escritos datarem mais

de 150 anos”, tenho uma má notícia: a uberização das relações de trabalho nada mais é do que a implantação do “salário por peça” no atual estágio do desenvolvimento do capitalismo que chamamos de neoliberalismo. Isso mesmo, a forma de relação social praticada por empresas como Uber e Loggi foi descrita por Marx há mais de 150 anos em seu livro “O Capital”, em especial no capítulo intitulado “O salário por peça”:

“Na realidade, o salário por peça não expressa diretamente nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas, ao contrário, de medir o trabalho gasto pelo trabalhador pelo número de peças por ele produzido. No salário por tempo, o trabalho se mede por sua duração imediata; no salário por peça, pela quantidade de produtos em que o trabalho se condensa durante um tempo determinado.” – O Capital volume I, página 761

Trocando-se “peça” por “entrega” temos a mais pura verdade sobre essa “nova” modalidade de trabalho no capitalismo. A remuneração do entregador não é definida pelo quanto de tempo ele gastou trabalhando, mas sim pelo número de entregas que realizou. A diferença óbvia entre o período que Marx escreveu sobre o tema e a nossa realidade contemporânea é o nível de desenvolvimento tecnológico que permitiu a existência de plataformas digitais cuja alocação do trabalhador é feita instantaneamente e sob demanda. Todavia, isso não muda a essência dessa relação de trabalho: a forma salário

por peça (entrega).

Marx continua:

“Observemos mais de perto, agora, as peculiaridades que caracterizam o salário por peça. A qualidade do trabalho é controlada, aqui, pelo próprio produto, que tem de possuir uma qualidade média para que se pague integralmente o preço de cada peça. Sob esse aspecto, o salário por peça se torna a fonte mais fértil de descontos salariais e de fraudes capitalistas.”
– O Capital volume I, página 761

Este trecho reflete uma das principais mazelas enfrentadas pelos trabalhadores de aplicativos. Voltando ao exemplo do primeiro parágrafo: se durante a entrega, o lanche acaba por virar dentro da mochila do entregador (algo que é quase impossível de impedir na maioria dos casos de trânsito), seu salário é descontado. Furou um pneu e não entregou? Seu salário é descontado. Havia trânsito, demorou e a comida esfriou? Seu salário é descontado. O metido a investidor te achou grosseiro por você não ter sorrido? Seu salário é descontado. Tudo isso demonstra o injusto requisito de qualidade imposto aos entregadores que, muitas vezes, não conseguem cumprir. Até Kant estaria chateado. Pois, pelo visto, ninguém respeita seu princípio de “dever implica poder”.

Marx ainda explica a existência dos “operadores logísticos”, empresas que contratam entregadores e prestam serviço ao ifood em contrapartida do modelo em que os entregadores são diretamente empregados pelo Ifood:

“O salário por peça facilita, por um lado, a interposição de parasitas entre o capitalista e o assalariado, o subarrendamento do trabalho (subletting of labour). O ganho dos intermediários advém exclusivamente da diferença entre o preço do trabalho pago pelo capitalista e a parte desse preço que eles deixam chegar efetivamente ao trabalhador” – O Capital volume I, página 762

Os “operadores logísticos” não passam de parasitas explorando ainda mais os entregadores e dando ao Ifood mais uma “defesa jurídica”, para afirmar que os entregadores não são seus funcionários, no máximo são funcionários dos “operadores logísticos”.

As empresas de aplicativo, com toda essa relação de exploração sem direitos, ao não pagar um salário digno por uma jornada de trabalho razoável, ainda se aproveitam dos interesses dos próprios trabalhadores de não quererem viver na miséria e de fazer o possível para ter um pouco mais:

“Dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o

que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade. É igualmente do interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois assim aumenta seu salário diário ou semanal. Com isso, ocorre a reação já descrita no caso do salário por tempo, abstraindo do fato de que o prolongamento da jornada de trabalho, mesmo mantendo-se constante a taxa do salário por peça, implica, por si mesmo, uma redução no preço do trabalho.” – O Capital volume I, página 762-763

Ou seja, pela própria vontade individual de cada trabalhador de não ser paupérrimo, pela própria vontade de viver uma vida melhor e verdadeiramente digna, este trabalhador se sujeita a jornadas cada vez mais prolongadas e intensidades de trabalho cada vez mais agudas. É justamente esse mecanismo que explica a razão de os entregadores se sujeitarem a, por exemplo, pilotar perigosamente sua motocicleta para tentar aumentar o número de entregas por dia de trabalho. Eles o fazem não por ganância, não por imprudência, não por não valorizarem suas vidas (muito pelo contrário), mas pela necessidade. O perigo que existe na profissão é imposto a eles por uma necessidade econômica, e, na realidade, eles não têm escolha. Pois se eles decidem por não correr o risco da direção perigosa, eles correm o risco do desconto salarial pela demora na entrega e correm o risco de a remuneração ser diminuída pelo “baixo” rendimento. O risco de ficar sem o sustento necessário é pior que o risco imposto à sua integridade física. Logo, isso não passa de uma falsa escolha, pois a única opção é trabalhar cada vez mais intensamente por cada vez mais tempo.

Mas afinal, como podemos sair desse buraco? Primeiramente, gostaria de pontuar que a luta dos entregadores é na verdade uma instância da luta de classes multipartida entre os capitalistas que são os donos dos meios de produção (os donos do Uber, do Ifood, etc...), os trabalhadores do setor de tecnologia que criaram e mantêm a infraestrutura tecnológica, os trabalhadores do setor de entregas sujeitos a imensos níveis de exploração pela forma “salário por peça” e os restaurantes, cuja grande maioria são empresas familiares que mal conseguem se sustentar com as taxas cobradas e cupons de descontos abusivos.

Que fique bem claro: aqui não existe exploração entre os trabalhadores de tecnologia e os trabalhadores de entregas. Na verdade ambos são explorados pelo capitalista. Acontece que a profissão dos trabalhadores de tecnologia tem salários bem mais altos, que podem dar a ilusão de que não são explorados. ATENÇÃO, LIBERAL DE PLANTÃO:

isto não é verdade. Na forma atual, os entregadores são os mais explorados pelo já explicado “salário por peça”, enquanto os trabalhadores de tecnologia são os menos explorados pelo tradicional e conhecido “salário por tempo”. Mas existem movimentos progressivos dentro do setor de tecnologia para igualar essa situação e tornar os trabalhadores de tecnologia sujeitos à exploração do salário por peça também.

Na realidade, o que emerge dessa observação é que a luta dos entregadores está umbilicalmente ligada à luta dos trabalhadores de tecnologia. Não serão os entregadores sozinhos que terão a capacidade de superar sua exploração. Tão somente, não serão os trabalhadores de tecnologia sozinhos que vão conseguir se emancipar. Apenas através da solidariedade de classes entre os trabalhadores de tecnologia e os trabalhadores de entregas será possível que um novo horizonte de superação se torne viável.

Estou falando aqui da criação de um aplicativo dos entregadores. Uma forma de construção coletiva que exige tanto entregadores como trabalhadores de tecnologia. Imagine: e se o Ifood fosse “nosso”? E se tivéssemos o “Quebrada Entregas”? E se o lucro do Ifood pudesse ser despendido no aumento da remuneração dos entregadores, na criação de cozinhas comunitárias espalhadas pela cidade para que os entregadores possam se alimentar durante o expediente de trabalho, banheiros, centro de lazer para tirar o estresse do trânsito, e o mais importante de tudo: imagina se os entregadores pudessem decidir sobre tudo isso de forma coletiva e administrar seu próprio aplicativo, que possibilitaria isso tudo?

A construção de um aplicativo como esse exigiria bastante organização e muito empenho de muitos trabalhadores, mas é plenamente possível. 16 trabalhadores de tecnologia despendendo 5 horas de trabalho por semana por 2 anos conseguiriam construir um aplicativo até superior ao Ifood. Além disso, a coordenação desses trabalhadores de tecnologia com os entregadores e restaurantes é fundamental para compreender como o app poderia ser diferente para facilitar a vida de todos.

Mas você pode se perguntar: como os restaurantes entrariam nessa? Para isso tenho duas respostas. Os restaurantes são também extremamente explorados pelo Ifood. A grande maioria dos restaurantes são negócios familiares (como a lojinha de mercado na esquina de casa) que não lucram muito e o lucro desses estabelecimentos serve primordialmente para o sustento familiar. O Ifood

chega a cobrar uma taxa de 30% da receita desses restaurantes, inviabilizando completamente e precarizando o rendimento familiar desses pequenos estabelecimentos. Ou seja, se a plataforma dos entregadores cobrar uma taxa menor que a do Ifood, nenhum restaurante ficaria de fora. Além disso, a segunda resposta é que nada impede os entregadores de construir cozinhas para fomentar seu próprio aplicativo.

Sem dúvidas tal empreitada exigiria muita organização e a inclusão de diversos grupos diferentes. Pessoalmente, acredito que a criação de uma Liga dos Entregadores com âmbito nacional cujo objetivo seja a emancipação dos entregadores seja o caminho necessário para que as reivindicações dos entregadores sejam efetivamente atendidas.

O primeiro grande objetivo dessa Liga seria a organização dos trabalhadores entregadores e de tecnologia e negócios familiares para a construção de um aplicativo dos entregadores. Para isso, a Liga exigiria uma disciplina partidária se utilizando de técnicas de organização leninistas como o centralismo-democrático, entre outros mecanismos de disciplina partidária para efetivamente atingir seus objetivos. A Liga também cumpriria um papel fundamental de formação e construção da consciência de classe dos entregadores, fazendo ainda mais entregadores se agregarem na luta contra a exploração dos aplicativos de entrega.

Contudo, queria terminar dizendo que o Aplicativo dos Entregadores não deveria e nem pode ser um fim em si mesmo. Não podemos perder a compreensão de que essas empresas de aplicativos são fruto do capitalismo e que o capitalismo explora todos os trabalhadores, independentemente do setor. Além disso, é primordial compreender que mesmo se atingíssemos o objetivo de criar um aplicativo dos entregadores, não estaríamos ainda livres, pois seríamos apenas um aplicativo ainda inserido num contexto capitalista de exploração que poderia ser facilmente destruído pelos capitalistas pelos meios mais sujos e injustos que existem. Então por isso, a Liga dos Entregadores deveria ser também uma organização comunista. Ou seja, que o objetivo final desta Liga dos Entregadores Comunistas seja o fim da exploração de todo o trabalho: a revolução brasileira como primeiro passo na construção do socialismo.

Então, entregadores, eu os convido a adicionar essa pauta às suas reivindicações. Está na hora de termos um aplicativo só nosso, um aplicativo onde quem manda são os próprios entregadores! Trabalhadores de aplicativos de todo o Brasil, uni-vos!

ESPAÇO CULTURAL

MERCEDES SOSA – A VOZ DOS SEM VOZ



Foto: Ron Koon / Anefo

Por Camila Oliver

Neste 4 de outubro, completaram-se doze anos do falecimento de Mercedes Sosa. A argentina nascida em San Miguel de Tucumán, em 9 de julho de 1935 – dia da independência do seu país –, tornou-se uma das cantoras mais famosas da América Latina.

A cantora que foi uma das maiores representantes do movimento conhecido como *Nueva Canción*, originado no Chile, o qual aliava raízes folclóricas e denúncia social, filiou-se, em 1960, mesmo que por um breve período, ao Partido Comunista e, após o golpe de Estado de 24 de março de 1976, o seu nome foi incluído nas listas do regime militar e a sua discografia foi proibida. Em 1978, o seu recital em La Plata foi invadido pelos militares e Mercedes foi presa, bem como parte do público presente. No ano seguinte, exilou-se na Europa, permanecendo em exílio até 1982, primeiro em Paris e depois em Madrid.

Mercedes Sosa ficou conhecida como a voz dos “sem voz”, pois suas posições políticas estavam presentes nas letras das suas canções, o que já se pode perceber desde o seu primeiro trabalho, *Canciones con fundamento*, de 1959, bem como nos títulos de grande parte da sua discografia: *Yo no canto por cantar* (1966), *Mujeres argentinas* (1969), *El grito de la tierra* (1970), *Homenaje a Violeta Parra* (1971), *Hasta la victoria* (1972), *Traigo un pueblo en mi voz* (1973) e *¿Será posible el sur?* (1984).

A cantora fez diversas apresentações no Brasil, duas destas no ano anterior à sua morte, 2008, e gravou durante toda a sua carreira com vários artistas Brasileiros a exemplo de Caetano Veloso, Chico Buarque e Milton Nascimento. Entre os clássicos do seu repertório estão as músicas *Gracias a la vida* e *Solo le pido a Dios*, cuja letra encerra esta homenagem:

*Solo le pido a Dios
Que el dolor no me sea indiferente
Que la resaca muerte no me encuentre
Vacía y sola sin haber hecho lo suficiente*

*Solo le pido a Dios
Que lo injusto no me sea indiferente
Que no me abofeteen la otra mejilla
Después que una garra me arañe esta suerte*

*Solo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente*

*Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente*

*Solo le pido a Dios
Que el engaño no me sea indiferente
Si un traidor puede más que unos cuantos
Que esos cuantos no lo olviden facilmente*

*Solo le pido a Dios
Que el futuro no me sea indiferente
Desahuciado está el que tiene que marchar
A vivir una cultura diferente*

*Solo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente*

*Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente*

(Composição: León Gieco)

À MEMÓRIA DE ARISTEU NOGUEIRA



Por João Abreu

Aristeu Nogueira Campos nasceu no dia 21 de janeiro de 1915, em um sobrado na cidade Irará, interior baiano. Filho caçula de Tereza de Jesus Nogueira e Elpídio Nogueira de Campos, família rica e grande proprietária de terras na região. Seu pai era liderança política e chegou a ser prefeito da cidade, assim como seu irmão mais velho, Alberto, também o foi posteriormente. Aristeu foi advogado, deputado estadual e parte fundamental na fundação e operação do jornal *O Momento* por muitos anos.

Após infância em Irará, em 1929 mudou-se para Salvador para estudar no Colégio Ipiranga e posteriormente cursar Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - atualmente, a Faculdade de Direito da UFBA - onde teve contato pela primeira vez com textos de Marx e Engels. Se identificou tanto que os textos o levaram a, em 1938, logo após a instauração do Estado Novo, ingressar no Partido Comunista Brasileiro.

Como primeira tarefa no partido, Aristeu ficou encarregado de fundar uma célula dentro da Faculdade de Direito, o que fez com que ganhasse destaque dentre a juventude comunista na época. Levando a importante atuação no movimento estudantil, onde participou da transformação da Associação Universitária em Associação dos Estudantes da Bahia (AEB), que passou a incluir estudantes secundaristas e de ensino técnico, além de encaminhar realizações como a criação de uma escola primária na AEB em apoio à campanha de alfabetização do povo brasileiro, bolsa

de emprego para estudantes e a fundação de uma associação Universitária Feminina, para tratar dos problemas da mulher estudante.

Aristeu passou a ser um nome conhecido da militância baiana, sobretudo por ter em sociedade com João Falcão, uma gráfica, no qual imprimia material para o partido e a revista *Seiva*, também de orientação comunista. Em 1940, com a queda do Comitê Central e a prisão da maioria dos seus dirigentes no Rio de Janeiro, o jornal *O Globo* chegou a se referir a ele como "Agente de Moscou na Bahia", botando-o na mira da repressão estatal. O que fez com que ele saísse de Salvador e conseguisse uma nomeação em Irará como delegado do censo de 1940 através de seu pai, que era prefeito na época.

Em 1945, Aristeu voltou a residir em Salvador, agora casado e com filhos e foi designado pelo Comitê Regional para compor uma comissão ao lado de Alberto Passos Guimarães, João Batista de Lima e Silva e João Falcão com a finalidade de fundar o jornal semanal *O Momento*, que teve a sua primeira edição no dia 9 de abril do mesmo ano. O jornal iniciou já fazendo ampla campanha pela organização sindical, estudantil e popular, estimulando a criação dos comitês democráticos de bairros e núcleos semelhantes no interior. Em março do ano seguinte, o jornal passou a ser publicado diariamente tornando-se "*O Momento: Diário do Povo*".

Dias depois do fim do breve período de legalidade do PCB (1945 a 1947), em maio de 1947, o jornal

MEMÓRIA

foi empastelado pela repressão do governo Dutra. Entretanto, graças aos esforços de Aristeu, que guardou maquinário da tipografia do Irará Jornal, publicação que fazia no período que esteve na cidade, O Momento não deixou de ser publicado um dia sequer, tendo uma edição especial publicada no dia seguinte com a manchete “Não é possível calar a voz do povo!”.

Com a missão de reerguer o jornal, ele usou todo o dinheiro que conseguiu após vender o gado e as terras que herdara com a morte de seu pai. Além disso, por anos, ele viajou por diversas cidades do interior vendendo assinaturas, buscou doações, anunciantes, fez empréstimos no Banco Econômico e chegou até a fazer uma parceria com o jogo do bicho que por algum tempo, anunciando seus resultados n’O Momento.

Em 1957, com o fechamento do jornal e o fim do seu casamento com Odete Almeida, Aristeu estava desempregado, divorciado, com a guarda dos três filhos e acabou aceitando o convite de Rômulo Almeida para trabalhar na Comissão de Planejamento Econômico. Posteriormente, foi convidado a exercer uma função no Tribunal de Contas do Estado.

Aristeu lançou em 1962 sua candidatura a deputado estadual sob a legenda do PSB e obteve 3.264 votos, ocupando a primeira suplência. Em 1963, devido às inúmeras ausências do deputado Wilton Walença, assumiu o cargo e teve um mandato atuante, no qual tratou de temas como a crise de abastecimento no estado, o aumento salarial dos servidores, o combate à violência no interior da Bahia e a greve dos trabalhadores da Petrobrás.

Em 1964, após ter a casa bombardeada por grupos anticomunistas, Aristeu cai na clandestinidade, fugindo para Ipirá, depois para o Rio de Janeiro, onde assume a identidade falsa de Antônio Cerqueira de Andrade, com a qual continua sua militância e em 1967 é re-eleito para o Comitê Central no IV Congresso do PCB.

A ditadura empresarial-militar inicia em 1973 a Operação Radar com o objetivo de acabar com o PCB, o que fez com que dirigentes fossem assassinados e outros presos e cruelmente torturados, como foi o caso de Aristeu em 1975. Aos 60 anos, foi submetido a métodos de tortura como afogamentos, “pau-de-arara” e telefone e depois teve a prisão oficializada, permanecendo preso por mais três anos.

Ao conseguir liberdade, voltou a Salvador onde retomou sua carreira de advogado e aos 70 anos voltou a Irará, casou-se com sua segunda esposa, Tezeza Cruz e deu continuidade à sua militância, inclu-

sive candidatando-se a vereador pelo PCB em 1988. Aristeu não foi eleito, mas continuou a contribuir em toda a região com a formulação de estatutos de associações civis, além de organizar movimentos sociais e fundar a Casa de Cultura de Irará.

Aristeu Nogueira morreu em 2006 aos 92 anos deixando o legado de uma vida inteira dedicada à militância. Em 2014, a Assembleia Legislativa da Bahia, através da Comissão da Verdade, realizou a devolução simbólica do seu mandato dentre os outros cassados pelo golpe empresarial-militar de 1964.



REFERÊNCIAS:

http://www.cult.ufba.br/arquivos/monografia_marcos.pdf

<http://www.lideranca.ba.gov.br/noticia/4006/em-sessao-simbolica-assembleia-devolve-mandatos-de-deputados-estaduais-cassados-pela-ditadura-militar>